



2025

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA META 1

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA TÉCNICA DO IPHAN

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA META 1

Levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do IPHAN



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga Diretor

Carlos André Amaral de Freitas Coordenador de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta

Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia - COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira

Coordenador Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Alexandre Faria de Oliveira - substituto Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de Tecnologias para Informação - COTEC



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

PROJETO "30120 - IPHAN/IBICT/BIBLIOTECA DIGITAL"

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA META 1

Levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do IPHAN



Coordenação de Tecnologias para Informação (COTEC) Brasília 2025

© Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, 2025

EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática — CGTI Alexandre Faria de Oliveira

Coordenador do Projeto

Milton Shintaku

Autores do relatório

Fernando de Jesus Pereira Milton Shintaku

Normalização

Elton Mártires Pinto

Pesquisadores do projeto

Danielle do Carmo
Diego José Macedo
Elton Mártires Pinto
Fernando de Jesus Pereira
Ingrid Torres Schiessl
Lucas Ângelo Silveira
Luciano Heitor Gallegos Marín
Marcelle Costal de Castro dos Santos
Mateus Machado Luna
Mirele Carolina Souza Ferreira Costa
Milton Shintaku
Raíssa da Veiga de Menêses
Rafael Fernandez Gomes
Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Este Relatório técnico é um produto do Projeto 30120 - IPHAN/IBICT/BIBLIOTECA DIGITAL.

Ref. Ibict - Processo SEI nº 01302.000134/2022-11

Ref. Ibict - Processo SEI nº 01302.000492/2022-15 (Execução)

Ref. Iphan - Processo SEI nº 01450.001355/2022-02

Ref. FUNDEP - 30120

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos Específicos	8
3 RESULTADOS	9
3.1 Levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do IPHAN	10
3.2 Levantamento da tipologia documental da memória técnica do IPHAN	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem por finalidade preservar o patrimônio cultural do Brasil, promover a identificação, reconhecimento, cadastramento, tombamento e registro do patrimônio cultural do país, promover a salvaguarda, conservação do patrimônio cultural acautelado pela União, viabilizando a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 2022). Detendo como missão [...] promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural [...]" (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2022).

Para alcançar a finalidade e a missão do instituto, propõe-se e desenvolve diretrizes, normas e procedimentos para a preservação do patrimônio cultural, fiscalizando e monitorando as ações relacionadas à temática. Desta forma, gera-se uma massa documental de cunho administrativo, científico, técnico e histórico, podendo ser entendida como informação governamental. De acordo com Cruz (2019, p. 49), citando Rousseau e Couture de 1998, a informação é um recurso que, no contexto administrativo e organizacional, é fundamental para a sobrevivência da organização, sendo categorizada como verbal ou registrada em um suporte e orgânica, elaborada, enviada ou recebida na consecução da missão da organização.

Neste contexto, forma-se um acervo de documentos que compõem a memória técnica do instituto que, se não for tratada e armazenada, tem-se a possibilidade de esquecimento. Conforme Acselrad (2019, p. 392), a memória técnica poderia ser vista como um elo de uma cadeia de comunicação especializada, a qual transfere conhecimento prático entre diferentes momentos do tempo, funcionando como um reservatório de informações para os agentes promotores que esperam poder gerar e transmitir competências. Com isso, o Iphan apresenta um terreno fértil para o estudo e exploração da gestão documental e da informação, considerando o papel da promoção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar da existência de sistemas e bases de dados informatizados no órgão, falta um sistema que supra a necessidade de recuperar e disseminar as obras editadas e publicadas pelo Iphan, as quais estão disponibilizadas no portal¹ do instituto, indicando algumas informações como o título, autor, ano de publicação e resumo, mas sem eficiência na recuperação da informação,

¹ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=. Acesso em: 11 abr. 2023.

isto é, ao realizar uma busca no portal tem como resultado todo o conteúdo do portal com o termo da busca, e não somente da página de publicações, gerando alta revocação e pouca precisão. Deste modo, a implementação de uma biblioteca digital como sistema de informação para as publicações do instituto melhoraria a descrição, recuperação e disseminação das obras.

No entanto, além da produção editorial da instituição, há os trabalhos de conclusão de curso do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, o qual se dedica a formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural. Com isso, aumenta-se a necessidade da gestão da informação não atuando somente com a memória técnica, mas com todo o processo de produção, tratamento, armazenamento, uso e reuso de documentos.

Assim, a biblioteca digital contribui para gestão da informação, concretizando a oferta de acesso à informação e à memória técnica, de forma a facilitar a circulação do conhecimento registrado produzido pela instituição. Cabendo à biblioteca digital armazenar, de forma organizada e representativa, a memória técnica da instituição, atendendo a todo o instituto na democratização da documentação técnica produzida pelo Iphan.

Contudo, para a implementação de uma biblioteca digital requer um conhecimento inicial sobre a documentação e a memória técnica produzida pela instituição. Salientando que não há uma padronização dos documentos que compõem a memória técnica, pois depende da finalidade e missão de cada instituição, dado que a produção de documentos é distinta e particular a cada entidade. Da mesma forma que a descrição, organização e representação dos documentos é particular às necessidades e demandas da instituição.

Por mais exemplos e modelos que existam referentes aos documentos, gestão e organização da informação, torna-se essencial os estudos e as pesquisas exploratórias a fim de ajustar os modelos para o caso de aplicação, atendendo assim às especificidades da instituição. Portanto, no primeiro momento é adequado levantar o contexto da pesquisa, o qual corresponde ao levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan, o que proporciona dados e informações que auxiliarão na formulação de políticas de gestão da biblioteca digital, na organização da informação e na identificação da tipologia documental.

Vale ressaltar que enquanto a biblioteca física atua com documentos de segunda fonte, isto é, que passam por processo de editoração e publicação, já a biblioteca digital atua, também, com documentos de primeira fonte, em outras palavras, aqueles que não passaram por processo editorial. Sendo assim, o conjunto da memória técnica de uma instituição é composto, em sua maioria, por materiais não convencionais, relacionado por Campello (1982) inclui os relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes.

Nesse contexto de massa documental e gestão da informação, o Iphan firmou projeto de pesquisa com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) a fim de criar sua biblioteca digital, visto a expertise apresentada por essa instituição. Esse projeto visa, em parte, atender uma parcela da necessidade de gestão da informação do Iphan, no que diz respeito à sua memória técnica.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan.

2.2 Objetivos Específicos

- Levantamento dos processos geradores de memória técnica do Iphan;
- Levantamento da tipologia documental da memória técnica do Iphan.

3 RESULTADOS

Dado o objetivo geral como *levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan*, a investigação começou com a consulta dos portais do instituto, tanto o antigo² quanto o novo³, e os documentos oficiais do instituto, sendo eles:

- Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Portaria IPHAN nº 63, de 29 de dezembro de 2022 que aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências;
- Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021 que aprova o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e;
- Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021 que aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os documentos da Estrutura Regimental e do Regimento Interno do instituto, indicam as unidades e órgãos, juntamente com as funções e atribuições de cada unidade, de modo a refletir os produtos e documentos desenvolvidos e formulados, neste contexto, a produção de memória técnica.

A Cadeia de Valor é um importante instrumento para a análise da gestão da informação, sendo uma ferramenta que analisa estrategicamente uma empresa pelas suas atividades relevantes, pois na instituição existe uma coleção de atividades executadas para atender um propósito (Shintaku, 2023, p. 4). Em aproveitamento, esta análise ajuda na proposta inicial de arquitetura, classificação e organização da informação na biblioteca digital do Iphan.

A seguir, são apresentados e descritos em subtópicos o levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do Iphan e o levantamento da tipologia documental.

³ Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br. Acesso em: 12 abr. 2023.

² Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acesso em: 12 abr. 2023.

3.1 Levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do IPHAN

Nos estudos dos processos produtores de memória técnica, o principal documento que reflete tais processos é a cadeia de valor, visto ser um importante instrumento para análise da gestão da informação. A Cadeia de Valor do IPHAN, adaptada do modelo tradicional de Porter de 1985, apresenta três grandes grupos de processos, nomeadamente: finalísticos, gestão e suporte. Entretanto, em parte, a cadeia de valor parece apresentar problemas quanto à descrição dos processos, com descrições que aparentam objetivos ou missão (valores) das unidades.

Considerando a análise da cadeia de valor para a produção da memória técnica de uma organização como aponta Shintaku (2023) e associando a do Iphan (2021a), tem-se:

- Macroprocessos finalísticos: engloba, de forma geral, a preservação do patrimônio cultural brasileiro, com apoio dos departamentos finalísticos, sendo os órgãos específicos singulares Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF), Departamento de Projetos e Obras (DPO) as unidades descentralizadas, como as superintendências, e as unidades especiais;
- Macroprocessos gerenciais: define as diretrizes estratégicas e políticas institucionais, a articulação e interlocução interna e externa, diretrizes estratégicas e política nacional do patrimônio cultural, os planos e programas anuais e plurianuais para o instituto, e a difusão e publicidade dos programas, obras, serviços e campanhas do Iphan, compreendendo na Diretoria Colegiada, no Gabinete da Presidência, o Comitê Gestor, Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e a assessoria de comunicação, e;
- Macroprocessos de suporte: visam a consultoria e assessoramento jurídico, e também os controles institucionais, incluindo a procuradoria e a auditoria interna.

Relacionado a cadeia de valor, observa-se que dois processos citados atuam para atendimento à missão, de forma a alcançar o objetivo. Neste caso, os processos de Profer são de apoio à gestão do instituto, atividade meio, indiretamente às atividades fins. Neste caso, são produtoras de documentação de gestão, parte da memória técnica, como no caso dos

pareceres, que precisam circular na instituição. Com isso, reforça-se a necessidade de ter uma comunidade voltada para os documentos de governança do instituto.

No que tange aos processos finalísticos do IPHAN apresenta certa diferenciação na atuação entre questões materiais e imateriais, na medida em que apresentam processos diferenciados para esses dois tipos de bens culturais e artísticos, o que pode gerar documentação diferenciada. Em muito, pode ser pela estrutura organizacional do IPHAN, que possui divisões distintas para atuação desses dois tipos de bens, criando processos diferenciados para tratamento.

Entretanto, dois pontos ressaltam a análise da cadeia de valor, que são as preservações e promoções do patrimônio arqueológico e ferroviário, separado do patrimônio material ou imaterial. Da mesma forma que os processos voltados para o Patrimônio listado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O isolamento desses processos, pode ser indício que podem gerar documentação diferenciada e que precise de tratamento particular.

Outro ponto de destaque é a atuação do IPHAN no licenciamento ambiental. Com isso, requer atenção sobre a documentação resultante desse processo, como se materializa, e as suas necessidades para armazenamento e disseminação em biblioteca digital. Possivelmente, estejam envolvidos nos processos de relacionas ao patrimônio material, voltados para lugares ou questões arqueológicas. Por isso, esse processo requer atenção conforme o projeto avance, visto que essa meta é inicial para entendimento do cenário da produção documental do Iphan.

Levando em consideração a Estrutura Organizacional e o Regimento Interno do Iphan, estrutura-se o quadro 1, o qual demonstra a unidade de processo gerador de memória técnica e o tipo documental gerado. Vale ressaltar que em relação aos tipos de documentos, as unidades geradoras visam desenvolver, formular, gerar e/ou propor os tipos documentais.

Quadro 1 - Unidade de processo geradora de memória técnica e tipo documental

Unidade	Tipo documental
Macroprocesso finalístico (DEPAM, DPI, DECOF, DPE, coordenações gerais, unidades especiais e superintendências)	Ações Agenda institucional do diretor Avaliação Boletim de projetos e obras Capacitação Correspondências

Diretrizes Documentos Dossiês Editais Estudo Estudo técnico Instrução técnica Inventários Legislação Normas Normas de preservação Notas técnicas Parecer Pesquisa Políticas públicas Procedimentos Processo administrativo Processos Projeto Publicações Relatório Relatório de diagnóstico Macroprocesso gerencial Agenda do presidente; (Diretoria Colegiada, Gabinete da Análise de ações judiciais; Presidência, Comitê Gestor, DPA, Análise técnica de atos Assessoria de Comunicação) Atos administrativos Audiência Avaliação de impacto Conteúdo do sítio eletrônico Correspondência Despacho Diretrizes institucionais Emenda parlamentar Estudos técnicos Expediente técnico Instrumentos de regularização Licenciamento ambiental Manifestação conclusiva Minuta de atos normativos Normas de âmbito nacional Plano anual e plurianual Política de preservação do patrimônio Políticas administrativas Prestação de contas Processo de licenciamento Proposta orçamentária Regimento interno Rerratificação de tombamento

	Reuniões da diretoria Termo de Ajustamento de Conduta Termo de Referência Específico Tombamento
Macroprocesso de suporte (Procuradoria e Auditoria)	Ação civil pública Chamamento público Diretrizes da área de auditoria Manifestações jurídicas Minutas de acordos de cooperação técnica Minutas de atos normativos Minutas de editais de licitação Minutas de edital de concurso público ou processo seletivo Minutas de informações em mandado de segurança Minutas de termos de ajustamento de conduta Normas da área de auditoria interna Parecer sobre prestação de contas anual Parecer sobre tomadas de contas especiais Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna Relatório Anual de Atividades Relatório sobre a execução física e financeira e os resultado obtidos na aplicação Resolução consensual de litígio
	Termos de Compromisso

Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

Em vista do quadro 1, nota-se a existência de diversos tipos documentais de acordo com a finalidade, como é o caso dos pareceres, que é um tipo documental, mas a origem e finalidade podem determinar se é vantajoso armazenar e/ou torná-los público, como o caso dos de Macroprocessos de suporte, sendo os pareceres sobre prestação de contas e os pareceres sobre tomadas de contas especiais, diferentemente dos pareceres do Macroprocesso finalístico, referente os departamentos específicos.

Outra tipologia documental que vale destacar são as normas, políticas e diretrizes, que são instrumentos normativos que visam a qualidade e padronização de atividades e procedimentos. Deste modo, podem ser classificados apenas como instrumentos normativos para uma tipologia documental focada nos serviços e procedimentos internos.

Toda vida, este levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica tem o propósito de mapear os tipos de documentos e a finalidade das unidades que potencialmente elaboram e formulam documentos passíveis de serem armazenados e organizados na biblioteca digital, a depender da necessidade da instituição. No entanto, o levantamento da tipologia documental corresponde à identificação e classificação dos documentos existentes na instituição, saindo do imaginário exposto nos documentos oficiais – cadeia de valor, estrutura organizacional e regimento – para os documentos existentes na instituição.

3.2 Levantamento da tipologia documental da memória técnica do IPHAN

Como exposto na introdução, a memória técnica de uma instituição ou organização compõe-se de todos os documentos que contenham o conhecimento, uma representação do seu capital intelectual. Dessa forma, não tem padrão, na medida em que cada instituição ou organização tem as suas especificidades relacionadas a suas atividades. Da mesma forma que, a instituição ou organização pode adicionar novas tipologias documentais à memória técnica, conforme a sua necessidade de ofertar acesso à informação.

Nesse contexto, acordou-se pelo compartilhamento de documentos para a análise documental, essencialmente para a identificação da tipologia documental existente na instituição. O Iphan, em conjunto com o Ibict, enviou às suas unidades um pedido para enviar uma amostra de documentos, na qual desejavam que fossem compartilhadas na Biblioteca Digital. Com isso, possibilita a análise da tipologia documental a compor o acervo da biblioteca digital, sua organização e representação. O estudo da amostra de documentos é de extrema importância para uma assertividade maior.

Assim, vinte unidades enviaram documentos, armazenadas em pastas distintas via Google Drive do Ibict, recebidas por meio do email – <u>projetoiphanbd@ibict.br</u> - criadas inicialmente pela infraestrutura do instituto somente para esse fim. A organização das pastas foi indicada pela equipe do IPHAN, preferindo separar por Coordenação, Diretoria e Superintendência, correspondendo ao total de 20 pastas.

Na tabela 1, demonstra-se a denominação da pasta, o quantitativo de documentos e a porcentagem. Ao total, foram analisados 700 documentos, sendo eles em formato PDF e também em formato DOC.

Tabela 1 - Quantitativo e porcentagem de documentos por pasta

Pasta	Quantitativo	Porcentagem
CGIR - Referência Diversidade Linguística	120	17,14%
IPHAN - PE	100	14,29%
IPHAN - GO	77	11,00%
DPI - CGPS	72	10,29%
IPHAN - RN	53	7,57%
DPI - INCR	45	6,43%
IPHAN - ES - ARQUEOLÓGICO/EDIFICADO/IMATERIAL	40	5,71%
IPHAN - SP	31	4,43%
IPHAN - DF	29	4,14%
IPHAN - PA	22	3,14%
IPHAN - TO	22	3,14%
COIDE	14	2,00%
IPHAN - MT	12	1,71%
IPHAN - RJ - COTEC/ETRS - COTEC	11	1,57%
BAM - CDP	10	1,43%
CGID - Patrimônio Ferroviário	10	1,43%
CNA	10	1,43%
IPHAN - AM	10	1,43%
CORER	8	1,14%
CGID - DEPAM	4	0,57%
Total	700	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

Apesar do Iphan possuir vários órgãos e unidades como consta na Estrutura Organizacional, nem todas as unidades enviaram documentos para análise, como demonstra a tabela 1. Isso pode ser devido alguns motivos, dentre eles: o início do projeto coincidir com o final de 2022 e início de 2023, a troca de governo e as mudanças no quadro de pessoal do Iphan.

De forma a facilitar a visualização do quantitativo e porcentagem, elaborou-se o gráfico 1. Associado a tabela 1 e o gráfico 1, nota-se que a Coordenação-Geral de Identificação e

Registro (CGIR) enviou a maior quantidade e, assim, apresenta maior representatividade, com pouco mais de 17% dos documentos, seguidos pelas Superintendências de Pernambuco e Goiás. No caso da CGIR, os documentos são relativos à Referência da Diversidade Linguística, num total de 120 documentos. Mesmo que nem todas as unidades tenham enviado amostra de documentos, nota-se um corpus significativo pela diversidade.

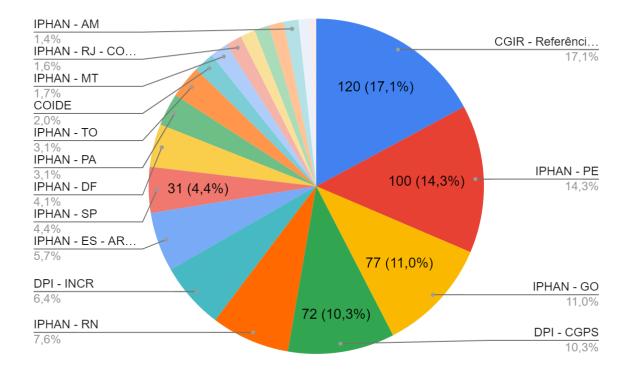


Gráfico 1 - Quantitativo e porcentagem de documentos por pasta

Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

A partir dos arquivos compartilhados na pasta do *Google Drive*, elaborou-se uma planilha com a indicação das colunas:

- Pasta: origem do documento;
- Entidade: a responsável por elaborar o documento;
- Tipologia: correspondia a tipologia ou classificação documental;
- Título do documento: indicação ou atribuição do título do documento;
- Outras informações: indicação das informações que constam no documento e poderiam ser incluídas na biblioteca digital;
- Observações: visava indicar possíveis erros e/ou considerações referente ao documento;

• Link do drive: URL de compartilhamento do documento.

Como mencionado anteriormente, foram o total de 700 documentos analisados/consultados. Em grande maioria, apresentavam a tipologia documental no cabeçalho do documento, como os pareceres, notas técnicas, relatório, documento técnico e etc. No entanto, outros tiveram a necessidade da leitura e análise documental para a identificação da tipologia, focando nas partes de sumário, introdução e conclusão, e/ou no formato do documento, como as plantas e projetos arquitetônicos, os folhetos e folder.

A partir do levantamento foram identificadas cerca de 146 tipos de documentos, mas nem todos serão contemplados na biblioteca digital, pois será necessário realizar um refinamento das tipologias para classificá-los, como o caso dos relatórios, que possuem suas finalidades, tais como: relatório complementar, relatório de atividade, relatório de reunião, relatório de trabalho de campo, relatório final, relatório fotográfico e relatório técnico.

Além do mais, alguns documentos compartilhados não correspondem às formalidades de documentos, como o caso dos anexos e apêndices que compõem um documento principal, arquivos que só constam somente as capas de um possível futuro documento. Em outros casos requerem mais estudos para verificar o interesse em depositar na biblioteca, como os estudos e análises de projetos e currículo de curso.

Portanto, a tabela 2 indica as dez tipologias mais frequentes dos documentos compartilhados, com as colunas de classificação, tipologia documental, quantitativo, porcentagem e porcentagem acumulada. Em primeiro lugar, tem-se os relatórios, seguido das plantas arquitetônicas e as fotos/imagens, correspondendo a quase um terço das tipologias compartilhadas. Quando acrescentado os documentos técnicos, pareceres técnicos, mapas e inventários, pode-se dizer que são quase metade das tipologias, sendo 51% dos documentos compartilhados. Com a inclusão das plantas de arquitetura, que são mais específicas que as plantas, e incluindo a ata de reunião e nota técnica, abarca quase que 60% das tipologias.

Tabela 2 - Tipologia dos documentos compartilhados pelo Iphan

N.	Tipologia	Quantitativo	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	Relatório	105	15,22%	15,22%
2	Planta	64	9,28%	24,49%
3	Foto/Imagem	54	7,83%	32,32%
4	Documento técnico	44	6,38%	38,70%

5	Parecer técnico	32	4,64%	43,33%
6	Мара	30	4,35%	47,68%
7	Inventário	23	3,33%	51,01%
8	Planta de arquitetura	23	3,33%	54,35%
9	Ata de reunião	20	2,90%	57,25%
10	Nota técnica	18	2,61%	59,86%

Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

Apesar do quantitativo e diversidade de documentação recebida, nem todas as unidades do Iphan enviaram amostra, o que pode afetar a análise para proposta de estrutura da biblioteca digital. Assim, a equipe do instituto sugeriu um segundo chamamento voltado a convidar as unidades que não enviaram a participar da criação do corpus inicial da biblioteca digital.

Devido a análise dos documentos compartilhados, descobriu-se no arquivo intitulado de *Anexo 10 - Tipologias de ação de identificação*, ações que geram documentos para compor os Inventários Nacional de Referências Culturais (INRC), servindo como instrumento de perspectiva a flexibilidade e adaptabilidade às mais diversas situações de uso, como instrumento de política pública. Dessa forma, também foi utilizado para entendimento da produção documental de memória técnica do instituto.

Nas tipologias de ações, utilizaria-se de um ou mais instrumentos com alguns resultados esperados e com geração de produtos. Portanto, apresenta-se a seguir o quadro 2 referente às tipologias de ações, com indicativo dos resultados esperados e os produtos.

Quadro 2 - Tipologias de ações com resultados esperados e produtos

Tipo de ação	Resultado esperado	Produtos
Inventário Nacional de Referências Culturais: propõe a construção do olhar patrimonial sobre o campo das práticas culturais de natureza imaterial na perspectiva da política pública de preservação do patrimônio.	Bens identificados de acordo com as categorias e pressupostos da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.	Fichas, relatórios, arquivos digitais do material audiovisual (fotografías, áudios e vídeos produzidos durante a pesquisa ou incorporados à documentação do inventário), formulário de autorização de uso de imagem, voz e

		informação, produtos editados para divulgação.
Mapeamentos: produz informações com ênfase na compreensão e delimitação de territorialidades, seja pela construção de marcos territoriais ou delimitações geográficas.	Informações embasadas por representações espaciais e dados georreferenciados.	Mapas e bases cartográficas digitais.
Pesquisa documental e bibliográfica: sistematiza informações sobre o patrimônio cultural a partir de produção bibliográfica e documental já existentes.	"Estado da arte" dos estudos realizados sobre o bem, estudos existentes sistematizados.	Produtos textuais em diversos formatos, listagens de fontes, glossários.
Estudos etnográficos: descreve e analisa bens culturais a partir da observação e inserção no universo cultural em identificação.	Descrições e análises produzidas a partir de pesquisa de campo.	Textos etnográficos, documentação audiovisual e fotográfica.
Pesquisas com memória: produz informação sobre o universo cultural a partir de coleta e análise de depoimentos trabalhados a partir da história oral, que privilegia as trajetórias e experiências dos indivíduos e grupos detentores.	Informações constituídas a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo.	Texto, documentação audiovisual e fotográfica.
Cadastros: possibilita inserir informações, de maneira a otimizar a produção, busca e disponibilização de dados. É uma forma de registro com detalhamento mínimo, podendo ter os mais diferentes graus de complexidade, envolvendo desde listagens, descrições, até informações relacionadas.	Dados com descrições padronizadas.	Listagens, fichas, bases cadastrais digitais.
Inventários participativos: ligados a ações de educação patrimonial, possibilitam o auto-inventário de comunidades e grupos sociais diversos sob a perspectiva do patrimônio cultural. Não ensejam ações institucionais em si, já que são de livre apropriação por parte das comunidades, mas, uma vez que sejam relativos a grupos ligados a ações e/ou macroprocessos institucionais, podem	Ações educativas e de mobilização realizadas por meio do Inventário Participativo.	Documentação diversa, exposições, eventos, rodas de conversa e etc.

produzir informações sobre o universo cultural do bem em questão.	

Fonte: adaptado do arquivo *Anexo 10 - Tipologias de ação de identificação* da pasta COIDE, (2025).

Os produtos do quadro 2 dimensionam não só tipologias documentais, mas também os formatos, como o caso dos textuais, que em suma maioria são os ideais para serem submetidos na biblioteca digital, mas também os audiovisuais, como fotografía, áudio e vídeo, sendo que na amostra compartilhada tiveram somente textual e fotográfico.

Contudo, vale apontar que durante a análise da amostra documental, dos 700 documentos analisados, dez tiveram a impossibilidade de reconhecer a tipologia documental, em alguns documentos era nítido que houve o desmembramento, como o caso dos anexos, apêndices e algumas plantas. Porém, essas ocorrências não atrapalharam a análise da tipologia documental da memória técnica do Iphan, mas sim contribuíram como aspectos a serem tratados no desenvolvimento das políticas de gestão da biblioteca digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memória técnica não tem tipologia documental padrão, ou seja, não é possível dizer o que é ou não parte desta tipologia documental, pois depende da produção de documentos da organização ou instituição. Entretanto, é possível afirmar que a memória técnica contém grande parte do conhecimento registrado da instituição ou organização, pois é fruto do intelecto dos seus colaboradores, por meio de documentos resultantes das suas atividades ou mesmo de atuação que transcendem aos seus processos.

Assim, pode-se ter ideia da memória técnica pelos processos, que geram documentos, de forma a verificar o cenário produtor de documentação. Outra forma é reunir a produção, avaliando a tipologia documental apresentada, possibilitando criar critérios de seleção de documentos que podem compor a memória técnica.

Assim, o projeto optou pelas duas abordagens, de forma a ter uma melhor visão da memória técnica produzida pelo Iphan. Da mesma forma, foi realizado um levantamento bibliográfico, como orientam as pesquisas científicas, de modo a amparar os resultados. Com isso, tem-se o um estudo teórico combinado com dois levantamentos aplicados, para inicialmente ter o cenário da memória técnica do instituto.

Assim como todos os estudos científicos, essa primeira meta não é conclusiva, servindo apenas para atender as etapas de organização e representação dos documentos a compor a biblioteca digital, a ser implementada com o *software* DSpace, o mais utilizado para esse fim. Conforme o estudo avança, outras tipologias e necessidades de gestão da informação podem surgir.

A metodologia de analisar os processos geradores de memória técnica, considerando a cadeia de valor do Iphan, contribuiu para entender os processos internos do instituto, na busca pela produção dos documentos de memória técnica. Entretanto, o processo que apresentou melhor resultado foi a análise e consulta da amostra documental, pois permitiu a análise empírica da produção documental da instituição. Logo, pode-se dizer que apresenta certo tradicionalismo na tipologia de documentos, como o caso dos relatórios e documentos técnicos, as atas de reunião, mas sendo um material especial as plantas e mapas, os pareceres técnicos e os inventários.

Deste modo, os próximos passos correspondem à: sugerir a organização da biblioteca digital; definir os esquemas de metadados da biblioteca digital; e, propor as políticas de gestão da biblioteca digital.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. A "memória técnica" das grandes barragens: considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 2, p. 389-408, maio/ago. 2019. Disponível em:

https://doi.org/10.25091/S01013300201900020007. Acesso em: 11 abr. 2023.

ANEXO 10 - Tipologia de ação de identificação. [6] p. [Documento presente na pasta COIDE do Google Drive].

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11178.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Materiais não convencionais em bibliotecas especializadas: relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 38-52, mar. 1982. Disponível em: https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36406. Acesso em: 11 abr. 2023.

CRUZ, Emília Barroso. Gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico: facticidade, validade e o papel do sistema de prioridades axiológicas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46-63, jan./abr. 2019. Disponível em:

https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1031. Acesso em: 11 abr. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113. Acesso em: 14 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021**. Aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Brasília, DF: IPHAN, 2021a. Disponível em:

https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gab-iphan/iphan-n-49-de-8-de-novembro-de-2021-357730871. Acesso em: 13 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria IPHAN nº 63, de 29 de dezembro de 2022**. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: IPHAN, 2022. Disponível em:

https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-iphan-n-63-de-29-de-dezembro-de-2022-45501754 2. Acesso em: 3 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021**. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Brasília, DF: IPHAN, 2021b. Disponível em:

https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-23-de-17-de-maio-de-2021-320662196. Acesso em: 13 abr. 2023.

SHINTAKU, Milton. Análise da cadeia de valor de órgãos de governo como apoio à organização de biblioteca digital. **AtoZ:** Novas práticas em Informação e Conhecimento, v. 12, p. 1-11, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v12i0.84584. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/84584. Acesso em: 13 abr. 2023.